



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Gabinete da Ver^a MARCIA DA ROSA (PP)

VOTO (RELATORA)

Processo da Cassação nº 002/2020.

Trata-se de pedido de cassação com base jurídica no Decreto-Lei 201/1967, tendo em conta os fatos descritos na denúncia apresentada por Hilton Rivair Gadea da Silva.

Já num primeiro momento, analisando a ilegitimidade passiva, não se vê nenhum fato que desobrigue a acusada de responder processo de apuração político-administrativa, conforme refere o Decreto-Lei nº 201/1967:

Art.3º O Vice-Prefeito, ou quem vier a substituir o Prefeito, fica sujeito ao mesmo processo do substituído, ainda que tenha cessado a substituição.

O fato de que a Vice-Prefeita não tenha recebido qualquer intimação não a isenta de responder ao processo, já que os fatos podem ser melhor esclarecidos no decorrer no processo, até porque a acusada detém hierarquia sobre a Procuradoria Jurídica do Município para fins de manter controle nas atividades lá exercidas.

Não se trata de ter ou não legitimidade, trata-se, pois, de apurar os fatos e delimitar responsabilidades, apuração essa que permitirá constatar, inclusive, essa questão, já que a preliminar se confunde com o mérito.

Posteriormente, alega falta de tipificação de conduta e falta de interesse de agir, afirmando que não houve prejuízo ao erário, o que não procede, pois a conduta indicada não é relacionada com prejuízo ao erário, mas assim a correta administração da coisa pública, conforme prevê o Decreto-Lei nº 201/1967:

Art.4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

VIII – Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura;

Resumindo, a conduta denunciada não exige prévio dano ao patrimônio público.

Os tópicos referentes à ofensa ao devido processo legal, ofensa ao princípio da impessoalidade, e ofensa ao quorum deliberação, já restam decididos, ainda que liminarmente, nos autos da decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 5012418-74.2020.8.21.7000/RS, 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (cópia do processo), razão pelo qual utilizo os mesmos argumentos,

pois o Regimento Interno foi corretamente obedecido (arts. 30, I, "p", 188 e 189); não há impedimento do vereador Carlos Enrique Civeira, o Decreto-Lei nº 201/1967 é claro ao tornar impedido o vereador autor da denúncia, o que não é o caso; por fim, a questão do quorum de deliberação também resta superada por disposição expressa junto ao instrumento normativo que rege a matéria (art. 5º, II).

Quanto à questão de mérito, far-se-á uma análise mais apurada dos fatos e das responsabilidades.

É possível constatar que o processo vem de gestão anterior, sem que tivessem sido tomadas medidas efetivas para a solução do problema objeto da Ação Civil Pública, um correto funcionamento da Lei de Acesso à Informação e Lei da Transparência.

Não há como contrariar que a procuradoria do Município tinha ciência do processo em andamento, pois houve citação e a interposição de recurso de agravo do instrumento.

Também não há como negar, que isso está comprovado nos documentos, que a acusada tomou, quando assumiu a chefia do Poder Executivo, as medidas ao alcance para minorar ou excluir a multa, de mais de quatro milhões de reais para cem mil, o que efetivamente comprova que medidas foram tomadas, e justamente quando assumiu o cargo foi que isso ocorreu, pelo menos é que se comprova documentalmente.

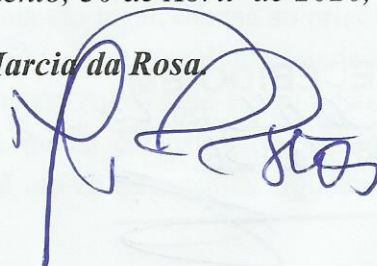
O fato de a acusada ser vice-prefeita não a torna responsável direta pelos fatos, até porque não há nenhuma comprovação de que qualquer conduta sua tenha dado causa à multa ou ausência de defesa do Município, não há, portanto, responsabilidade automática.

A documentação apresenta na denúncia não comprova nenhuma responsabilidade de que acusada tinha conhecimento dos fatos ocorridos, assim como a defesa prévia comprova plenamente que a acusada tomou, bem como está tomando as medidas para reduzir o prejuízo da multa reduzida, na condição de mandatária da chefia do Poder.

Assim, o entendimento é pelo arquivamento da denúncia por ausência de responsabilidade da acusada em relação aos fatos descritos na denúncia.

Sant'Ana do Livramento, 30 de Abril de 2020,

Verª. Marcia da Rosa





DENÚNCIA POR INFRAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA Nº 02/2020

Analizando criteriosamente a denúncia do Sr. Hilton Rivair Gadea da Silva, bem como a defesa da Sra. Mari Elizabeth Trindade Machado, o presidente desta Comissão Processante, entende que:

1. Os itens solicitado no título DOS PEDIDOS, A, B, C, D, já foram objeto de decisão do TJ/RS, agravo de instrumento nº 5012418-742020.8.21.700/RS, que DEFERIU o efeito suspensivo a decisão de 1º grau que determina a suspensão do citado processo.
2. Tendo em vista que a Sra. Mari Elizabeth Trindade Machado esteve a frente do Executivo Municipal nos períodos compreendidos entre 15/02/2017 ao dia 17/02/2017; 23/02/2017 ao 01/03/2017; 13/03/2017 ao 15/03/2017; 03/04/2017 ao 04/04/2017; períodos estes que foram abertos prazos de apelação do Processo sob nº 5001668.32.2016.4.04.7106/RS; portanto se enquadra no DECRETO DE LEI 201/1967; no seu Art. 3º que cita:

“O Vice-Prefeito, ou quem vier substituir o Prefeito, fica sujeito ao mesmo processo do substituído, ainda que tenha cessado à substituição”.

Sen. Salgado Filho, 528 - Centro,
Santana do Livramento - RS, 97573-432
Telefone: (55) 3241-8600

Vereador
Enrique Civeira
Neneco



Pelo acima exposto e para que possamos esclarecer os fatos e responsabilidade NÃO
ACOMPANHO O VOTO DA RELATORIA, Sra. Márcia da Rosa no processo de cassação 002/2020;
entendendo pelo Prosseguimento da Denúncia.

Solicito que este VOTO, seja lavrado em ata conjunta com a Sra. Relatora Márcia da Rosa
e o Sr. Secretário Itacir Soares; para obedecer o DECRETO LEI 201/67 no seu Art. 5º parágrafo
onde cita: "Decorrido o prazo de defesa a Comissão Processante, emitirá parecer dentro de 05
dias, optando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia.

Este é o voto.

Santana do Livramento, 04 de Maio de 2020.

ENRIQUE CIVEIRA - Neneco
Vereador - PDT
Líder de Bancada



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Edifício "Presidente Getúlio Vargas"

COMISSÃO PROCESSANTE

MATERIA: Denúncia por infração política-administrativa Nº 02, de 2020.

ASSUNTO: Denúncia por infração política-administrativa em desfavor a Vice-Prefeita Municipal Sra. Mari Machado.

VOTO DO SECRETÁRIO

O secretário estudando a matéria objeto desta comissão processante, quanto a denúncia, objeto, defesa e legalidade, entende-se que na hierarquia do Executivo Municipal, a vice-prefeita é a segunda. Ela assume as funções do prefeito caso este tenha o mandato cassado ou precise se ausentar por motivo de viagem ou licença. Discutindo e definindo em conjunto as melhorias para o município, a vice deve auxiliar na administração enquanto o prefeito está em exercício. A vice-prefeita fica responsável por tarefas administrativas de auxílio, durante o pleno exercício do prefeito. Essas são as devidas atribuições de uma vice-prefeita municipal, sendo que a mesma assumiu várias vezes a titularidade durante viagens do Prefeito Municipal.

Também não podemos deixar de relatar que à segurança jurídica, competência e finalidade de realizar o ato em prol do direito público foram violados, na proporção, que o Executivo Municipal motivou o ato vinculado para o surgimento da multa, as dívidas passadas que o município adquiriu fazem parte da "herança do município" e elas não podem ser simplesmente ignoradas, já que a Lei de Acesso à Informação torna público toda a questão financeira do município.

O voto dentro da comissão parte de uma análise política-administrativa - em tese aos fatos narrados - a moralidade deste vereador em seus atos é seu preceito como legislador.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Edifício "Presidente Getúlio Vargas"

Portanto, considerando os fatos elencados dentro da comissão é que não acompanho o relatório apresentado e voto por continuidade do processo.

É o voto;

Santana do Livramento, 04 de maio de 2020.

Itacir Soares
VER. ITACIR SOARES

Secretário da Comissão Processante